

EDUCAÇÃO

V.12 • N.1 • Publicação Contínua - 2023

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2023v12n1p130-143



UMA ANÁLISE DO PÚBLICO-ALVO OCULTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSP CAMPUS BIRIGUI

A HIDDEN TARGET AUDIENCE ANALYSIS OF THE STUDENT
ASSISTANCE POLICY FROM IFSP BIRIGUI CAMPUSES

UN ANÁLISIS DE LA AUDIENCIA OCULTA EN LA POLÍTICA DE
ASISTENCIA AL ESTUDIANTE DEL CAMPUS IFSP BIRIGUI

Daniela Galera Castilho¹
Marcos Vinicius Francisco²
Michele Oliveira da Silva³

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFSP) – Câmpus Birigui. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a assistência estudantil auxilia a permanência dos/as estudantes que se inscrevem no Programa de Auxílio Permanência (PAP) contemplando a maioria dos/as inscritos/as, há aqueles/as que apesar de se enquadrarem no critério de renda, considerado como prioritário pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, **não se inscrevem para o processo seletivo**. Diante disso, esse estudo teve como objetivo identificar e analisar o perfil do público-alvo oculto do Programa Nacional de Assistência Estudantil, no IFSP – Câmpus Birigui, considerando as relações sociais e os motivos que os fizeram permanecer ocultos no Programa. A investigação foi conduzida na perspectiva do **método do materialismo** histórico-dialético, realizada por meio da análise documental e de pesquisa empírica via aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram que os motivos do ocultamento vão além da ineficiência dos meios de divulgação do Programa, estão relacionados com as políticas pontuais de acesso, a evasão precoce, a naturalização das carências, a alienação do conhecimento para apropriação e objetivação de bens e serviços, acrescido da responsabilização pessoal por problemas que são estruturais, ou seja, relacionados com as sequelas da desigualdade social que atingem a classe trabalhadora, que tem que priorizar o trabalho e as necessidades básicas de sobrevivência em detrimento de outros direitos, que também são essenciais, tal como a educação.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência Estudantil. Ensino Superior. Desigualdade Social.

ABSTRACT

This research focuses on the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education Science and Technology (IFSP) - Birigui Campuses. Contradictorily, while student assistance assists the permanence of students enrolled in the Permanence Assistance Program (PAP) contemplating the majority of enrolled students, there are those who, despite meeting the criteria of income, considered a priority by the National Student Assistance Program, do not apply for the selection process. Therefore, this study aimed to identify and analyze the profile of the hidden target audience of the National Student Assistance Program, at IFSP Birigui campuses, considering the social relationships and the reasons that made them remain hidden in the Program. The investigation was conducted from the perspective of the method of historical-dialectical materialism, conducted through documentary analysis and empirical research through the application of questionnaires and semi-structured interviews. The results pointed that the reasons for the concealment go beyond the inefficiency of the Program's means of disclosure, they are related to specific access policies, early evasion, naturalization of needs, alienation of knowledge for the appropriation and objectification of services, increased personal responsibility for problems that are structural, that is, related to the after effects of social inequality affecting the working class, which have to prioritize work and basic survival needs over other rights, which are also essential, such as like education.

KEYWORDS

Student Assistance. University Education. Social Inequality.

RESUMEN

Esta investigación se centra en la Política de Asistencia al Estudiante del Instituto Federal de Ciencia y Tecnología de la Educación (IFSP) - Campus Birigui. Contradictoriamente, mientras que la asistencia estudiantil ayuda a la permanencia de los estudiantes inscritos en el Programa de Asistencia de Permanencia (PAP) que contempla la mayoría de los estudiantes inscritos, hay quienes, a pesar de cumplir con los criterios de los ingresos, considerados prioritarios por el Programa Nacional de

Asistencia al Estudiante, no se aplican al proceso de selección. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar el perfil de la audiencia oculta del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil, en IFSP - Campus Birigui, considerando las relaciones sociales y las razones que los hicieron permanecer ocultos en el Programa. La investigación se realizó desde la perspectiva del método del materialismo histórico-dialéctico, a través del análisis documental y la investigación empírica mediante la aplicación de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas. Los resultados revelaron que los motivos de la ocultación van más allá de la ineficiencia de los medios de divulgación del Programa, están relacionados con políticas de acceso específicas, evasión temprana, naturalización de necesidades, alienación de conocimiento para la apropiación y objetivación de bienes y servicios, mayor responsabilidad personal por problemas que son estructurales, es decir, relacionados con los efectos secundarios de la desigualdad social que afecta a la clase trabajadora, que tienen que priorizar el trabajo y las necesidades básicas de supervivencia sobre otros derechos, que también son esenciales, como como la educación

PALABRAS CLAVE

Asistencia al estudiante. Enseñanza superior. Desigualdad social.

1 INTRODUÇÃO

O processo da desigualdade social no Brasil é histórico, contraditório e está em constante movimento desde a sua colonização precária e desordenada. Marcada pela relação de trabalho escravo, grandes propriedades, Estado patrimonialista e pela depreciação das regiões norte e nordeste, sempre prevaleceram os interesses mercantis e políticos da classe dominante nacional e internacional que não permitiram uma distribuição de renda mais justa e condições de trabalho que garantissem à classe trabalhadora, dignidade de subsistência e acesso a bens e serviços essenciais ao seu desenvolvimento (PRADO JÚNIOR, 1989; CARVALHO, 2002).

A desigualdade no Brasil persistiu com a implantação da economia industrial capitalista, com os agravantes da rede de corrupção que não se rompeu, e com a política tributária que míngua a renda das classes menos favorecidas (CASTELO, 2017). Para tentar corrigir todas as mazelas causadas pelos interesses dominantes, são instituídas políticas sociais públicas que, por um lado, auxiliam a classe trabalhadora com os benefícios conquistados e, por outro lado, contribuem com a manutenção da ordem, que permite a persistência da exploração do trabalho (CASTILHO, 2019).

Em outras palavras, diante de todo o contexto histórico em que o Brasil se desenvolveu, evidencia-se que os interesses da classe dominante sempre predominaram e determinaram decisões políticas e econômicas. As políticas sociais não tiveram a finalidade direta de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e, mesmo quando trouxeram algumas melhoras, serviram em última instância

como instrumento de manipulação pelo Estado para o enfraquecimento da luta de classes, mantendo a produção e reprodução do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2006; CASTELO, 2017).

Em períodos de crise econômica o que se observa é a tendência ao desmonte dos investimentos sociais atendendo apenas demandas emergenciais que não modificam a desigualdade social, cada vez mais intensificada. Esses investimentos em políticas sociais estão subordinados a outras necessidades econômicas, como pagamento de dívidas externas e prioridades do capital financeiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2006; LIMA, 2009; CASTELO, 2017).

A política educacional, não diferiu desta lógica, teve seu desenvolvimento centralizado na ótica dos interesses da classe dominante, sobretudo ao excluir os pobres e a classe trabalhadora, exceto em períodos que necessitou da sua força de trabalho (CASTILHO, 2019).

Apesar desse cenário de contradições, as legislações implementadas impulsionaram um aumento significativo de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino (IFE) por meio de programas como, Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Sistema de seleção Unificado (SISU) e principalmente por meio da Lei nº 12.711/12 de reserva de vagas (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi regulamentado em 2010, via Decreto nº 7.234/10, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal, abrangendo os Institutos Federais, considerando suas especificidades (BRASIL, 2010). É executado no âmbito do MEC, responsável pelas despesas, por meio das dotações orçamentárias que lhe são consignadas anualmente (BRASIL, 2010). Antes da aprovação do referido decreto, as ações de assistência estudantil, realizadas pelas IFES, eram arcadas com orçamento próprio de cada IF, no entanto ficavam limitadas a poucas intervenções.

No decreto nº 7.234/10 ficaram estabelecidos como objetivos do programa: democratizar as condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). O artigo 5º do referido decreto define como público-alvo do PNAES, prioritariamente, estudantes provenientes da rede pública ou com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos (BRASIL, 2010).

Atualmente, no IFSP, a Política de Assistência Estudantil (PAE) é regulamentada pelas Resoluções nº 41 (IFSP, 2015a) e nº 42 (IFSP, 2015b), ambas de 2 de junho de 2015. A Resolução nº 41/15 define como princípios da PAE a igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equidade entre os discentes; respeito à autonomia e liberdade dos estudantes do IFSP; democratização e qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar; compromisso com a formação integral do estudante, visando à emancipação política e social (IFSP, 2015a).

A política de assistência estudantil no IFSP, conforme a resolução nº. 41/15 é dividida em três programas, sendo: 1) Programa de Auxílio Permanência (PAP), que engloba alimentação, apoio didático pedagógico, creche, moradia, saúde e transporte, na forma de auxílio financeiro destinados aos estudantes em condição de vulnerabilidade social, vinculado a análise socioeconômica; 2) Programa de apoio ao estudante PROEJA, sendo para custeio dos estudos por meio de complementação de despesas, especialmente para alimentação e transporte, não depende de análise socioeconômica, sendo

atendidos todos os alunos matriculados; e 3) Programa de Ações Universais, para o acesso e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, cultura, esporte e inclusão digital, destinado a toda comunidade discente, independe da situação socioeconômica, porém só poderá se realizar desde que não haja prejuízo das ações do auxílio permanência (IFSP, 2015a).

Neste estudo, tratou-se especificamente do Programa de Auxílio Permanência (PAP), que são os auxílios financeiros destinados aos estudantes regularmente matriculados, tendo como objetivo auxiliar parcial ou integralmente os gastos que eles têm para permanecer no curso, sendo vedada a exigência de contrapartida para recebimento do auxílio, tais como atividades extraclasse (IFSP, 2015a). Para o recebimento dos auxílios financeiros, os estudantes devem se inscrever no processo de seleção, definido em Edital próprio de cada câmpus.

Se por um lado, diversos estudos indicaram que a Política de Assistência Estudantil (PAE) têm auxiliado na permanência dos estudantes, oferecendo subsídios que minimizam os efeitos de alguns dos motivos que geram os índices de evasão (IFSP, 2016; FERNANDES, 2012; SANTOS, 2018). Por outro lado, existe um índice elevado de estudantes que se enquadram no critério de renda considerado prioritário pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (um salário mínimo e meio *per capita*) e que não se inscrevem para o processo de seleção do Programa, especificamente no IFSP – Câmpus Birigui, permanecendo ocultos dos cadastros oficiais, sendo denominados, pelos autores deste artigo, como público-alvo oculto do Programa de Auxílio Permanência.

Pode-se observar que, ao longo da história, houve avanços em relação à garantia de direitos às pessoas vulneráveis por meio, principalmente, da elaboração e aprovação de leis vinculadas às políticas educacionais. No entanto, a luta pelas políticas públicas “[...] é tarefa de todos os que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das majorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 190). Acrescenta-se que é necessária uma análise dessas políticas, para que as reformas implantadas, sem alterações na estrutura social e econômica, não reforcem ainda mais a desigualdade dentro desses espaços, como bem esclareceu Frigotto (2010).

Nesta perspectiva, assumiu-se como objetivo geral desta investigação: identificar e analisar o perfil do público oculto do Programa Nacional de Assistência Estudantil, no IFSP – Câmpus Birigui, considerando as relações sociais e os motivos que os fizeram permanecer ocultos no Programa.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo desenvolvido na perspectiva do Método do Materialismo Histórico-dialético. Foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste Paulista, tendo obtido o número CAAE: 03301018.4.0000.5515, sendo conduzido de acordo com os padrões éticos exigidos nas pesquisas com seres humanos.

Na perspectiva assumida, foi necessário extrair do objeto suas múltiplas determinações, permitindo aproximar-se da sua concretude, ultrapassando o âmbito da aparência fenomênica, “[...] tanto

mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (PAULO NETTO, 2011, p. 45).

Conforme Marx e Engels (2007) as contradições devem ser esclarecidas nas conexões entre as estruturas, a partir de uma observação empírica que considere a totalidade histórica e seu processo de desenvolvimento em constante movimento, e não na superficialidade e no senso comum dos elementos que constitui o objeto pesquisado.

2.1 LOCAL, PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Birigui, no início do ano letivo de 2019. Os instrumentos para coleta de dados foram:

Levantamento da ficha de dados socioeconômicos dos/as estudantes matriculados/as nos 1º e 2º semestres de 2018, nos cursos superiores do referido campus, para identificação dos/as que apresentavam renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Esses dados foram levantados nos registros localizados na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), em formulários próprio de renda, preenchidos pelos/as ingressantes no ato da matrícula. A escolha dos/as matriculados/as nos citados semestres se justificou porque os maiores índices de evasão ocorrem no 1º e 2º semestres, após a matrícula no curso;

Questionário com 20 questões fechadas, encaminhado via e-mail para 83 estudantes de cinco turmas, matriculados nos 1º e 2º semestres de 2018, nos cursos superiores de Licenciatura em Física e Matemática, Bacharelado em Engenharia da Computação e Tecnólogo em Mecatrônica e em Sistemas para *Internet*, identificados como público-alvo oculto da pesquisa, ou seja, que atendiam aos critérios de renda, mas que não se inscrevem no Programa de Auxílio Permanência (PAP). Destes, 48 (estudantes permanentes e evadidos) foram os que responderam e apresentaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Os/as considerados/as evadidos/as foram aqueles/as que não retornaram as atividades escolares após o início do período letivo de 2019, e não compareceram na Coordenadoria de Registros Acadêmicos para regularizarem sua situação.

Entrevistas semiestruturadas realizadas com seis estudantes, dentre os que responderam o questionário, sendo três ativos e três evadidos. O critério para a escolha centrou-se no seguinte aspecto, estudantes que possuíam menor renda, pois, considerou-se que eram os que mais necessitavam da assistência estudantil, por estarem em situação de maior vulnerabilidade econômica. Em linhas gerais, as entrevistas objetivaram obter de forma detalhada mais informações acerca dos aspectos da vida social dos/das estudantes. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Em função do sigilo na identificação dos/as estudantes, os/as entrevistados/as foram nomeados/as como P1, P2, P3, entre os/as permanentes, e E1, E2, E3 entre os/as evadidos.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos por meio da análise documental, dos questionários (tabulados) e das entrevistas semiestruturadas (transcritas), foram categorizados levando-se em consideração algumas categorias

clássicas do método do materialismo histórico-dialético, tais como: totalidade, contradição e movimento (PAULO NETTO, 2011). Porém, na perspectiva mencionada, tais categorias não são fixas, elas direcionaram as análises que explicitaram os dados coletados nesta investigação, os quais favoreceram a compreensão da desigualdade social nos programas de acesso e permanência ao ensino superior, bem como a fragilidade de reformas pontuais mediante a gravidade dos efeitos da desigualdade social.

3 SÍNTESE DAS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES

Por meio da análise documental foi possível obter uma dimensão da totalidade dos/das estudantes matriculados nos cursos de ensino superior, no campus de Birigui, a fim de se obter o total daqueles considerados público-alvo oculto, objeto de análise deste artigo. Nesse sentido, em 2018, dos/as 218 alunos/as matriculados, nos cinco cursos mencionados, na seção anterior, 195 apresentaram a declaração de renda. Constatou-se que, dos que declararam renda, 176 (90,25%) possuíam renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos, atendendo ao critério de renda para a inscrição do processo de seleção do PAP.

Mediante tais dados, do total de 176 estudantes que apresentaram a renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos foi identificado que 93 estudantes (52,84%) se inscreveram no Programa, enquanto 83 estudantes (47,16%) não se inscreveram nos dois processos subsequentes a data da matrícula (1º e 2º semestres de 2018), constituindo-se, portanto, o público-alvo oculto.

A partir da análise dos dados referentes ao público-alvo oculto foi possível identificar que do total de 27 estudantes ativos, 14,81% estavam na faixa de renda de meio salário mínimo; 48,15% de meio até um salário mínimo e 37,04% de um até um e meio salário mínimo. E de um total de 21 estudantes evadidos, 19,05% estavam na faixa de renda meio salário mínimo; 61,90% de meio até um salário mínimo e 19,05% de um até um e meio salário mínimo.

Tais percentuais explicitam algumas das contradições do próprio capital, já que parcela expressiva da população vive com um mínimo do que é produzido socialmente e economicamente (FRIGOTTO, 2010). Acrescido a isso, quando se defende a inclusão dos/as jovens no ensino superior, não se pode perder de vista que as políticas destinadas a essa parcela da população, comumente, ocorrem de maneira degradada e superficial, a fim de se criar a ilusão de que algo está sendo feito (FRIGOTTO, 2010). Além do que, em períodos de crises ocorrem seus desmontes por meio dos cortes e/ou congelamento orçamentários, gerando precarização de serviços.

Pesquisa de Santos (2018) constatou que estudantes universitários/as apontaram que a assistência estudantil, apesar de não ser suficiente, pois, são múltiplos os fatores que impactam no processo de formação, é importante para a manutenção escolar. Sem ela, as chances de continuarem nas atividades de estudo são mínimas.

A ausência de uma visão crítica faz com que as políticas sociais públicas, especialmente as de caráter seletivo, que exigem do usuário comprovação da sua situação de “necessitado” para ser beneficiado ou inserido nos programas, sejam entendidas como um favor, ajuda do Estado, e não como um direito conquistado e que deve ser requerido.

Na busca pelas motivações que direcionam o público-alvo oculto a não se inscrever no PAP, pondera-se que devido às políticas sociais públicas, principalmente as de assistência social definem os critérios de inclusão considerando uma faixa de renda com valor mínimo, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atende idosos e deficientes com renda inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente; ou o Programa Bolsa Família, no qual o critério de renda é de R\$ 85,00 a R\$ 170,00 *per capita*, devendo o requerente apresentar na composição familiar gestantes ou crianças e adolescentes; aqueles que têm direito a outros programas, como é o caso do PAP, não se sentem no direito de se apropriarem desses auxílios, por não se considerarem como os mais pobres.

Tal visão da prioridade de atendimento aos mais pobres pode ser exemplificada no relato do estudante P1. Quando perguntado se o aluno tem conhecimento da assistência estudantil, ele traz o seguinte discurso:

[...] eu acho que ainda tem gente que precisa mais do que eu então eu acabo não fazendo, não indo atrás, por escolha minha, não por não saber, por escolha minha mesmo. Eu vejo que não tem pra todo mundo, se fosse pra todo mundo, mas não dá pra todo mundo e eu vejo que tem gente que vem de fora, vem de outra cidade que acaba precisando mais do que eu, então **como eu consigo me virar** então eu acho que tem gente que precisa mais e acabo deixando [...] (TRANSCRIÇÃO DO RELATO DO PARTICIPANTE P1, 2019, grifo nosso).

Ainda, a partir de Yasbek (1996), é oportuno destacar que, as pessoas não são privadas somente da riqueza social produzida e mal distribuída, mas também do conhecimento para compreender os movimentos contraditórios da sociedade. Na sequência, por meio da fala do estudante P2 é possível compreender como a ideologia do favor está embutida na consciência dos indivíduos, contribuindo para a aceitação de decisões governamentais que, muitas vezes, vão contra os direitos sociais já garantidos, ou seja, o fato de existir o direito a uma educação de qualidade pública sem precisar pagar, coloca-se como suficiente.

É uma ajuda para o aluno assim que não tem condição pra comprar um passe pra vim, muitos pagam a Van, também, por mês; ajuda bastante, muitos pagam a alimentação também. Eu vejo como um favor, mas é pelo fato assim, pra mim só de oferecer um curso gratuito já é uma boa, então a assistência, não que seja ruim, mas só o curso gratuito pra mim já estava bom (TRANSCRIÇÃO DO RELATO DO PARTICIPANTE P2, 2019).

Esse discurso caracteriza a ideologia conservadora das classes dominantes do Brasil que, segundo Antunes (2005, p. 134) “[...] sempre procuram impedir que as mudanças indispensáveis para o resgate da classe trabalhadora venham a ocorrer [...]”.

Uma hipótese que se tinha era a de que os estudantes não se inscreviam no Programa por falta de conhecimento do processo seletivo em função de uma possível deficiência no processo de divulgação. Ao serem questionados se conheciam a Política de Assistência Estudantil antes de se matricularem no campus, 62,5% dos estudantes afirmaram que não conheciam o Programa, porém, 70,83% afirmaram

que tomaram conhecimento dos processos de inscrição do PAP no ano de 2018, após a matrícula no campus, ou seja, dos alunos que não se inscreveram no PAP, a maioria tinha conhecimento do Programa.

A afirmação do não conhecimento do Programa como motivo da não inscrição no PAP apareceu entre 16,6% dos estudantes. E a não compreensão do processo de seleção apareceu entre 14,5%. Porém, se esses motivos forem analisados separadamente entre evadidos e permanentes, observa-se uma variação significativa, pois, entre os/as permanentes apenas 11,1% afirmaram não ter conhecimento do Programa enquanto que dentre os/as evadidos/as esse percentual foi de 23,8%. Essa variação pode se justificar por uma evasão precoce, pois dentre os/as evadidos 33,6% afirmaram não se inscreverem no PAP, pois, já não estavam mais frequentando as aulas ou não iniciaram o curso.

Outro motivo da não inscrição no PAP e que se destacou entre os/as estudantes que permanecem no curso refere-se à perda do prazo da inscrição, ou seja, 40,7% dos/as estudantes tiveram interesse no PAP, porém, perderam o prazo. Entre os/as evadidos/as esse percentual foi de 14,3%.

Considera-se que o/a estudante que ingressa no ensino superior passa, no período que antecede a sua entrada na instituição, por um período de grande expectativa e ansiedade em relação ao acompanhamento e aos procedimentos exigidos pelo calendário do SISU, e, após a conquista da vaga, outras demandas como a organização da documentação e deslocamento para matrícula, providências das condições para o acesso, como transporte, moradia, afastamento no núcleo familiar, ou seja, todas essas demandas alteram a sua rotina e de todo o núcleo familiar que tem que se adequar às novas condições do/da estudante.

O processo da assistência estudantil ocorre nesse período e por se tratar de um processo burocrático, que exige o cumprimento de etapas, como cadastro no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), providências de documentos de todo o núcleo familiar, torna-se mais uma preocupação para o/a estudante que diante todas as outras, por não ser obrigatória, vão sendo postergada e pode não ser concluída no tempo exigido.

Outra problemática denunciada refere-se aos/as estudantes de outros municípios que utilizam transporte coletivo e só chegam na instituição no horário de aula, muitos, mesmo sendo residentes em Birigui, não apresentam condições de se deslocarem até a instituição fora do horário de aula, também pela questão do horário de trabalho. Por isso, muitos optam pelo horário do intervalo para resolução das necessidades, tempo relativamente curto (20 minutos), ao criar uma grande demanda em alguns setores como CSP e CRA.

Ainda justificam os motivos da não inscrição no PAP, mesmo com menor intensidade, entre estudantes permanentes e evadidos/as, as seguintes respostas: insuficiência dos valores dos auxílios, ausência de recurso para providenciar os documentos e renda superior a 1,5 salários mínimos.

Por meio da análise dos questionários e das entrevistas realizadas foi possível constatar que, entre o público-alvo oculto, dos estudantes evadidos/as, 57,1% são do sexo masculino e 42,9% estavam com idade de 25 anos ou mais, ou seja, fora do período considerado regular para o ensino superior que é de 18 a 24 anos. Vários fatores podem contribuir para a evasão nessa faixa etária, tais como que esses/as estudantes já ingressaram no ensino superior estando algum tempo afastados dos estudos, encontram-se na faixa etária de produtividade e também de composição do núcleo familiar.

Dentre os/as estudantes que permaneceram, 74,1% são do sexo masculino, e 11,1% apresentam idade de 25 anos ou mais, ou seja, 88,9 % dos que permaneceram possuem idade entre 18 a 24 anos.

Constatou-se, ainda, o agravante de que 33,3% dos/as estudantes evadidos/as eram os/as principais responsáveis pelas despesas da família e 28,6% contribuía parcialmente, enquanto que dentre os/as estudantes que permanecem esse índice era bem inferior, sendo 11,1% o percentual tanto para os/as responsáveis principais, bem como para os/as que contribuía parcialmente.

Outro fato que caracteriza o perfil dos estudantes refere-se à escolha do curso. Pela nota do ENEM o/a estudante pode escolher duas opções de curso. Porém, há que se ponderar que ambas as opções podem não ser o curso que o/a candidato/a possui interesse, mas o qual a sua nota lhe possibilitou. O/A estudante ao escolher o curso já define a capacidade de cursá-lo ou não, pela sua bagagem formativa, pois, como descreve Zago (2006, p. 232) “[...] As lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica [...]”, ou seja, as desigualdades presentes nos níveis anteriores, fundamental e médio, interferem prejudicialmente na vida escolar pregressa. Ao serem questionados se o curso em que se matricularam foi a sua primeira opção, tanto os estudantes evadidos (28,6%) quanto os ativos (25,9%) responderam que não.

Constatou-se, ainda, dentre os estudantes evadidos (21 alunos), que apenas um era oriundo de escola privada, enquanto entre os ativos (27 alunos) sete vieram de escola privada, sendo a maioria (4 alunos) do curso de engenharia. Pode-se inferir que dentre as turmas de graduação matriculadas em 2018, no Câmpus Birigui, a do curso de engenharia é a que possui estudantes com a melhor faixa de renda e a que garantiu a maior permanência entre o público-alvo oculto. Porém, ainda apresenta 48,65% dos estudantes com renda per capita de até um salário mínimo.

Outra questão que demonstra uma disparidade entre evadidos/as e permanentes foi o comprometimento das necessidades básicas da família com as despesas com o curso. Dentro os que permanecem no curso, 63,0% afirmaram que as despesas com o curso não comprometiam a manutenção das necessidades básicas da família. E a maioria afirmou que não tinha dificuldades para frequentar as aulas por falta de recursos financeiros. Portanto, 62,9% afirmaram que a participação no Programa estaria contribuindo para a permanência no campus, mesmo que parcialmente.

A estudante P3 afirmou não ter dificuldades financeiras para permanecer no curso, porém, revelou um cenário de trabalho intenso para conseguir se manter, inclusive, ao comprometer o tempo necessário para as atividades de estudo.

No que tange aos/as evadidos/as, 52,4% afirmaram que as despesas com o curso comprometiam a manutenção das necessidades básicas da família e 61,9% acreditavam que a assistência estudantil teria contribuído para a permanência, mesmo que parcialmente. Nessa perspectiva, válidas são as ponderações de Frigotto (2010, p. 434):

Compreender a natureza das contradições do sistema capital e evidenciar (tornar senso comum de novo tipo) o que elas representam em termos de negação de satisfação das necessidades básicas, direitos sociais e subjetivos e em termos de mutilação de vidas, é uma tarefa crucial.

Frigotto (2010) reitera que é necessário compreender a origem das contradições presentes no sistema de organização capitalista, a fim de “evidenciar (tornar senso comum de novo tipo) o que elas

representam em termos de negação de satisfação das necessidades básicas, direitos sociais e subjetivos e em termos de mutilação de vidas, é uma tarefa crucial” (FRIGOTTO, 2010, p. 434).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível constatar as contradições que envolvem a política de acesso e permanência nos cursos de graduação do IFSP – Campus Birigui. O PAP intensificou o acesso de estudantes vulneráveis nesse espaço escolar, porém observou-se que há alunos que atendem ao critério de atendimento, mas permanecem excluídos da seleção, pela falta de inscrição.

A partir da análise dos dados foi possível identificar que os motivos pelos quais os/as estudantes não se inscrevem no PAP não se restringem a uma ineficiência dos meios de divulgação ou do planejamento do Programa. Também estão relacionados com as políticas pontuais de acesso, a evasão precoce, a naturalização das carências, alienação do conhecimento para apropriação e objetivação de bens e serviços, acrescido da responsabilização pessoal por problemas que são estruturais.

Esses motivos devem ser discutidos, no planejamento da instituição, naquilo que é de sua responsabilidade interna, ou seja, é necessário por parte da instituição e dos/as profissionais atuarem de forma a resolver os motivos que estão diretamente ligados a ela, como é o caso da perda do prazo, da não compreensão do processo do PAP ou do não conhecimento do programa. E o que é de responsabilidade externa (se assim pode-se denominar), já que a amplitude dos motivos se refere a uma mudança estrutural, econômica e política do país, exige uma discussão, junto aos/as estudantes, no sentido da ampliação da visão crítica do direito.

Materializaram-se nas análises das entrevistas, a percepção da assistência estudantil como um favor ou uma ajuda, o que exige uma discussão ampla com os/as estudantes na busca da representação crítica, já que são os/as interessados/as diretos desse Programa. O desejável é que possam ter a percepção de incentivo e valorização do PAP e engrossarem o movimento que luta pela universalização dos auxílios e pela transformação do Programa em uma Política Pública, contribuindo para que o programa, ao ser garantido apenas por Decreto, não esteja vulnerável a decisões políticas de diferentes posturas ideológicas.

Diante do contexto descrito é urgente a luta pelo ensino gratuito, de qualidade, que permita à classe trabalhadora e menos favorecida usufruir desse direito e estabelecer, por meio de uma visão dialética, uma leitura aprofundada da desigualdade social que os afeta diariamente.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social-fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Decreto** nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 5 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº. **12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 2 fev. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Rev. Universidade e Sociedade**, n. 60, p. 58-71, jul. 2017. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-787666291.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CASTILHO, Daniela Galera. **A política de assistência estudantil do IFSP - Campus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições**. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2019.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, n. 37, p. 417-442, set./dez., 2010.

IFSP – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Relatório da Política de Assistência Estudantil - 2013-2014-2015**. 2016. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/institucional/42-assuntos/ensino/155-assistenci-estudantil?showall=1&start=0>. Acesso em: 12 nov. 2018.

IFSP – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Resolução nº 41/2015** de 2 de junho de 2015. Altera a política de assistência estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015a.

IFSP – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Resolução nº 42/2015** de 2 de junho de 2015. Altera a normatização dos auxílios da política de assistência estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015b.

LIMA, Antonio Bosco de. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. /n: LIMA, Antonio Bosco de. **Estado e controle social no Brasil**. Uberlândia: COMPOSER; FAPEMIG; GPEDE, 2009. p. 17-36.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior, percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

Recebido em: 28 de Março de 2021

Avaliado em: 10 de Novembro de 2022

Aceito em: 18 de Abril de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE; Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-Campus Birigui; Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Democracia – EPED. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3415-0969>. E-mail: dani13castilho@gmail.com

2 Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente; Pró-Reitor de Ensino; Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM; Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores/as – EPEFOP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2374>. E-mail: mvfrancisco@uem.br

3 Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília; Pedagoga do Instituto Federal de Ciências, Educação e Tecnologia – IFSP, campus Birigui; Membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Assistivas – iTech. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5283-6924>. E-mail: michelepedagogia@yahoo.com.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

